

## Os limites e possibilidades do cooperativismo em assentamentos da reforma agrária na região de Carajás (PA)\*

*The Limits and Possibilities of Cooperativism in Agrarian Reform Settlements in the Region of Carajás (PA)*

Raimundo Nonato Santos da Silva e Daniel Nogueira Silva\*\*

**Resumo:** As cooperativas de pequenos agricultores podem atuar como um importante instrumento para fomentar a promoção do desenvolvimento regional e viabilizar a permanência das pessoas nas suas propriedades com geração de renda e qualidade de vida. Contudo, essas práticas econômicas possuem alguns limites estruturais para alcançar os objetivos que se propõem. Diante disso, o presente artigo tem como objetivo analisar a dinâmica organizacional e produtiva do cooperativismo na região de Carajás (PA), com base nos principais desafios econômicos e organizacionais enfrentados pela Central das Cooperativas de Produção Familiar da Região Amazônica (CUIA). Para isso, em um primeiro momento é apresentado alguns aspectos do debate sobre o campesinato e o papel do cooperativismo agrário. Em seguida, é utilizada uma abordagem qualitativa baseada em entrevistas semi-estruturadas a nível individual com presidentes e membros de diretorias selecionados sem critério randômico que permite sistematizar alguns dos principais limites e potencialidades dessas experiências econômicas no território estudado, a partir de uma perspectiva crítica.

**Palavras-chave:** Campesinato. Cooperativismo. Amazônia Brasileira.

**Abstract:** Small farmers' cooperatives can act as an important instrument to encourage the promotion of regional development and enable people to stay on their properties with income generation and quality of life. However, these economic practices have some structural limits to achieving the proposed objectives. Therefore, this article aims to analyze the organizational and productive dynamics of cooperativism in the region of Carajás (PA), based on the main economic and organizational challenges faced by the Family Production Cooperatives Center in the Amazon Region (FPCCA). For this, at first, the main aspects of the debate on the peasantry and the role of agrarian cooperativism are presented. Then, a qualitative approach based on dialogue with local

\* Submissão: 30/12/2022 | Aprovação: 01/03/2023 | DOI: 10.5380/re.v44i84.92374

\*\* Respectivamente: (1) Mestre do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Desenvolvimento Regional e Urbano na Amazônia da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), Brasil | ORCID: 0009-0003-8395-1230 | E-mail: raimundo.silva@unifesspa.edu.br | (2) Professor da Faculdade de Economia da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Pará (PPGE-UFPA) e do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Desenvolvimento Regional e Urbano da Amazônia (PPGPAM-Unifesspa) | ORCID: 0000-0002-8379-4672 | E-mail: daniel.nogueira@unifesspa.edu.br



---

actors is used, which allows systematizing some of the main limits and potential of these economic experiences in the studied territory, from a Marxist perspective.

**Keywords:** Peasantry. Cooperativism. Brazilian Amazon.

**JEL:** Q1. N56. B51.

---

## 1. Introdução

A principal questão que mobiliza a reflexão do presente texto é entender os desafios e potencialidades das cooperativas ligadas aos trabalhadores camponeses na Amazônia brasileira. De partida, alguns temas emergem dessa discussão aqui proposta. O primeiro deles diz respeito ao próprio recorte territorial da análise, a Amazônia Brasileira. Como apontado por uma vasta e diversa literatura, esse território está imerso em um conjunto complexo de dinâmicas econômicas, sociais, ambientais e históricas, o que exige que algumas qualificações e mediações sejam definidas para um melhor desenvolvimento da questão que orienta o trabalho. Nesse sentido, foi escolhida a região de Carajás no estado do Pará (Monteiro; Silva, 2021) como território amazônico a ser estudado.

Essa região é uma síntese importante das principais dinâmicas contemporâneas da Amazônia que está sob o controle do Brasil, o que torna esse território central para a compreensão de algumas questões que emergem do desenvolvimento regional. A exploração capitalista das riquezas naturais, marcadamente a mineração (Wanderley, 2009), articula esse território com as exigências do capitalismo financeirizado, dado que a exploração desses recursos está subordinada à lógica e às estratégias econômicas das grandes empresas multinacionais. Partindo de estratégias de maximização dos ganhos dos acionistas (Maximize Shareholder Value) essas empresas subordinam os territórios em que são explorados os recursos naturais aos interesses exclusivos dos detentores do capital (Felix, 2020).

Tais dinâmicas estão associadas, entre outros determinantes e condicionantes, com a expansão da fronteira do agronegócio, que além dos impactos no ecossistema, notadamente no desmatamento, também provoca tensões e conflitos nas relações sociais (Michelotti; Malheiro, 2020). Nesse contexto econômico de ampliação da influência do capital financeiro no território, associada à expansão da fronteira do agronegócio, fazem emergir outras problemáticas, como a da questão urbana, que impõem novos desafios para o desenvolvimento das cidades e suas populações (Cardoso *et al.*, 2018). Reconhecer essas condições sociais e políticas específicas do território é a primeira premissa para analisar o cooperativismo.

Além da Amazônia, um segundo tema que a discussão desse trabalho mobiliza é o debate sobre a questão agrária. Uma longa tradição teórica dentro do

marxismo tem focado seus esforços na compreensão dessa temática. Inicialmente as divergências entre Lênin, Kautsky e Chayanov (Hunt, 1979) impulsionaram o debate, focando, especialmente, no caso da Rússia do início do século XX. Em um segundo momento, esses debates foram expandidos por autores que, fundamentados nessas contribuições seminais, buscaram estudar outras economias, como a do Peru (Brass, 2007), a dos Estados Unidos (Schulman *et al.*, 1989), a da China (Hu *et al.*, 2022) entre outras. Em países como o Brasil, com uma formação histórica colonial e escravocrata marcada por uma profunda concentração e conflitos de terra, esses debates foram explorados em diferentes vertentes, com importantes contribuições para pensar a questão agrária brasileira (Felício, 2014).

Mais recentemente, algumas qualificações nas discussões teóricas sobre a questão agrária vêm fornecendo importantes insights sobre as dinâmicas econômicas e sociais presentes no campo, esse é o caso das contribuições construídas por Costa (2000, 2012, 2021). Apoiando a sua leitura na contribuição de Chayanov (1966), e tomando como referência a experiência de povos amazônicos, o autor aponta diversos limites de leituras mecanicistas das premissas marxistas apontadas por Lênin e Kautsky. Segundo o autor, a cooperação entre os camponeses, aliada a uma reforma agrária, não podem ser subestimadas na construção de um paradigma de produção no campo (Costa, 2012).

Além do debate sobre Amazônia e a questão agrária, o terceiro tema que compõe a questão que orienta o presente trabalho é o cooperativismo dentro da economia campesina. Articular esses dois temas tem sido explorado por uma ampla literatura acadêmica, que analisa o tema a partir de diferentes vertentes teóricas. Brass (2014) aponta o papel que as cooperativas desempenham na proteção das famílias dos agricultores e no apoio à integração vertical na transição agrária. Isso também aparece em Valentinov (2007), a partir de uma abordagem institucionalista e Staatz (1987) que também analisa o papel das cooperativas a partir da teoria dos custos de transação.

Dentro do território amazônico, muitas pesquisas no campo do cooperativismo em comunidades rurais tomam o exemplo do município de Tomé Açu (PA) como uma principal referência a ser estudada (Futemma *et al.*, 2020; Humphries *et al.*, 2020). Nesse município, diferentes modelos de cooperação entre pequenos agricultores e outros agentes sociais têm emergido, tornando-se um

importante espaço para o desenvolvimento de estudos sobre o papel do cooperativismo e de outras ações coletivas para o desenvolvimento rural. Além desses, também são explorados nos trabalhos sobre o cooperativismo na Amazônia as experiências em comunidades indígenas (Burke, 2010), em populações extrativistas (Silva *et al.*, 2019), e em outras territorialidades (NASCIMENTO *et al.*, 2014; RAMOS *et al.*, 2022)

Buscando colaborar com essa discussão, este trabalho tem como objetivo analisar as possibilidades e limites do cooperativismo na região de Carajás (PA) a partir da abordagem de Chayanov. Para isso, é feito um estudo de caso dos principais desafios econômicos e organizacionais enfrentados pela Central das Cooperativas de Produção Familiar da Região Amazônica (CUIA), que atua na região de Carajás. A escolha da CUIA para análise se dá pelo papel que ela desempenha na articulação e organização dos trabalhadores rurais assentados da reforma agrária e nas atividades de cooperativas na região de Carajás (PA) (Monteiro; Silva, 2021). A Central possui cerca de 800 associados, em um total de 11 cooperativas, abrangendo cerca de 30 municípios.

Para alcançar esse objetivo, o presente trabalho está dividido da seguinte forma. Em um primeiro momento, é apresentado sinteticamente o debate agrário e a dinâmica do campesinato, buscando compreender a forma como essas questões repercutem na organização de ações coletivas, como o cooperativismo. Partindo dessa discussão teórica, em um segundo momento, é descrito em linhas gerais o desenvolvimento histórico do cooperativismo na região de Carajás (PA), com foco no surgimento da CUIA. Por fim, a partir de uma metodologia de pesquisa qualitativa baseada em informações coletadas das cooperativas que compõem essa Central, são analisados os principais desafios dessas cooperativas com base na teoria marxista.

## **2. A questão agrária: um debate permanente**

No pensamento marxista, o debate sobre a questão agrária e o papel do campesinato é histórico e importante para entender o desenvolvimento do modo de produção capitalista e a forma como ele influencia a estrutura fundiária, às relações produtivas e de trabalho no meio rural. No Brasil o tema vem sendo amplamente abordado por diversos autores, principalmente a partir dos anos de 1960, com discussões que retomam a própria história da colonização brasileira até

desafios mais contemporâneos. Em síntese, a questão agrária envolve fatores como a terra, o capital, os meios de produção e a mão de obra. Importante ressaltar que neste longo período o capital tem causado grandes transformações na sociedade, em especial no meio rural, repercutindo diretamente nas dinâmicas sociais e econômicas do campesinato.

De forma introdutória, tendo como objetivo compreender melhor o debate da questão agrária dentro da lógica do modo de produção capitalista, é possível identificar duas vertentes principais do debate agrário (Felício, 2014): o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA) e o Paradigma da Questão Agrária (PQA). Segundo Felício (2014), uma forma de entender esses paradigmas é levando em consideração os elementos estruturantes constituídos pelo campesinato e pelo capital, e a partir dessa reflexão entender as duas linhas de pensamento, posturas e interesses distintos que estão em disputa pelos dois Paradigmas<sup>1</sup>.

As teorias desenvolvidas dentro do PCA compreendem que o capitalismo é capaz de planejar sua ação e atuar sozinho com objetivo de resolver problemas que surgem no processo de desenvolvimento da agricultura (Lima, 2016). Para os autores dentro deste paradigma, no desenvolvimento capitalista a agricultura familiar e a agricultura camponesa se distinguem, pois, o ambiente em que se desenvolve a agricultura familiar tende a asfixiar a agricultura camponesa. Como consequência, haveria uma tendência interna do campesinato se tornar agricultura familiar.

Segundo Abramovay (1998), um dos principais teóricos desse paradigma no Brasil, o processo de extinção do camponês ocorre quando há uma transição do modo de vida baseado na produção de subsistência para uma inserção em uma forma de trabalho voltada para a geração de excedente a ser comercializado com fins lucrativos. Nesse sentido, uma das teses defendidas é que o capital gradualmente elimina o modo camponês, e a ação do Estado desempenha um papel fundamental na transformação desse campesinato em agricultura familiar.

Abramovay (1998) também destaca a importância da compreensão das múltiplas dimensões do campesinato brasileiro, considerando não apenas sua

---

<sup>1</sup> Cabe destacar, que há outras formas para abordar a problemática agrária, como a de Byres (1996) que observam uma polêmica interna ao debate da “questão agrária” e não propriamente a conformação de “paradigmas” conflitantes.

relação com a produção agrícola, mas também suas conexões com o território, a cultura, as redes de sociabilidade e as práticas de resistência. Para ele, a manutenção do campesinato não se limita a uma perspectiva econômica, mas envolve questões sociais, culturais e políticas que influenciam a reprodução desse modo de vida.

No contexto apresentado pelos autores da vertente do PCA (Paradigma da Questão Agrária), é evidente que o desenvolvimento do capitalismo na agricultura tem gerado significativas transformações nas relações de produção e trabalho no campo, direcionando a agricultura a se adequar às demandas da industrialização. Conforme argumentado por Rosa Lima (2016), o PCA sustenta a crença de que o campesinato se incorpora às relações de mercado, respondendo às exigências da agricultura moderna, o que resulta na transição do camponês para agricultor familiar, abandonando assim seu antigo modo de vida para se tornar uma ocupação profissional. Por sua vez, Abramovay (2007) afirma que o campesinato deixou de existir, dando lugar a uma agricultura familiar que difere significativamente do antigo campesinato defendido por Chayanov (1966) em suas teorias. Segundo ele, essa agricultura familiar está fadada a se integrar ao mercado capitalista, consolidando assim a sociedade capitalista como um todo.

A proposta de transformação do campesinato em agricultor familiar tem sido alvo de diversas críticas, entre as quais se destaca a de Germer (1984, 2002). Ao apresentar sucintamente as diferentes fases do desenvolvimento da agricultura brasileira, o autor lança uma crítica ao conceito de agricultura familiar, importado do modelo norte-americano para o Brasil. Segundo Germer, esse conceito é teoricamente inconsistente, limitando-se a uma descrição convencional e sendo ideologicamente tendencioso (Germer, 2002, p. 61). Em suas argumentações, o autor propõe uma interpretação teórica alternativa para esse grupo social, resgatando elementos que também são debatidos no âmbito do Paradigma da Questão Agrária, explorados em outros trabalhos (Germer, 2014).

Essa crítica de Germer amplia o debate sobre o campesinato e a agricultura familiar, colocando em questão a adequação do conceito importado para a realidade brasileira. Suas reflexões enfatizam a necessidade de uma abordagem teórica mais consistente, capaz de captar a complexidade e as particularidades do campesinato no contexto agrário brasileiro. Nesse sentido, o Paradigma da Questão Agrária e outras perspectivas teóricas contribuem para uma compreensão mais

aprofundada das transformações em curso e das dinâmicas socioeconômicas que envolvem os agricultores familiares, mesmo possuindo alguns limites, na visão desse autor.

Ao levar em consideração as críticas de Germer e a pluralidade de abordagens teóricas sobre o campesinato brasileiro, é possível enriquecer a análise e promover um diálogo mais aberto e reflexivo sobre os desafios e as perspectivas desse grupo social. A busca por uma compreensão mais abrangente e contextualizada do campesinato é fundamental para o desenvolvimento de políticas e estratégias que valorizem e fortaleçam a diversidade agrária do país.

As bases teóricas do PQA se fundamentam nas obras clássicas de Lenin (2012) e Karl Kautsky (1988) no contexto da Rússia do início do século XX. Esses autores foram pioneiros na construção do conceito de campesinato, e são centrais para a compreensão do campesinato no mundo contemporâneo. Em contraponto ao pensamento do PCA, e mais antigo do que este, a vertente do PQA argumenta que a questão agrária no capitalismo é um elemento estruturante.

Segundo Kautsky, o surgimento do modo de produção capitalista na agricultura resultava na concentração de riqueza, de forma semelhante ao que ocorria na indústria. O capitalismo se desenvolvia a partir do processo industrial estabelecido nas cidades, e mesmo que os camponeses não dependessem inicialmente do mercado para sobreviver, essa realidade seria alterada pelo avanço tecnológico promovido pela indústria moderna em prol dos interesses do capital. Nesse contexto, Kautsky defendia que o progresso técnico na agricultura era introduzido pela burguesia rural, tanto a pequena como a grande, sendo esta última desempenhando, em sua visão, um papel mais importante. Como resultado desse processo, a economia camponesa seria superada pelo progresso técnico a serviço do capitalismo (Kautsky, 1988).

No entanto, é importante destacar que Lênin criticou essa abordagem de Kautsky, enfatizando a existência de diferentes estratos dentro do campesinato e a necessidade de uma análise mais refinada da realidade agrária. Ele estabeleceu uma distinção entre camponeses pobres, camponeses médios e camponeses ricos, reconhecendo as diferentes posições e interesses desses grupos no processo de desenvolvimento capitalista na Rússia. Essa rica gradação entre os estratos camponeses traz à tona a complexidade das relações sociais no campo e a necessidade de considerar as particularidades de cada grupo na formulação de



políticas e estratégias de transformação agrária. Lenin (1890) ainda argumentou que o modelo proposto por Kautsky seria mais bem caracterizado como uma "forma prussiana" em contraposição a uma "forma americana" de transição.

Esses elementos trazidos por Lênin (1980), aprimoraram a compreensão do campesinato e sua relação com o desenvolvimento capitalista. Essa análise mais abrangente permite um entendimento mais preciso das dinâmicas agrárias e contribui para uma abordagem mais adequada das questões relacionadas à questão agrária e à transformação social no campo.

Para diversos autores da PQA, o campesinato sempre buscou encontrar alternativas para criar e se recriar no campo, de maneira independente e autônoma ao sistema capitalista. Felício (2014), analisando a obra de Kautsky (1988), afirma que a agricultura capitalista provoca mudanças na agricultura camponesa, e produz como consequência a expulsão dos camponeses do campo, formando um grande exército de reserva de força de trabalho nas cidades. Contudo, o autor destaca que parte destes camponeses volta ao campo na forma de pequenos rendeiros. Uma das conclusões da análise de Kautsky (1988) aponta para a tese de que a superioridade técnica da grande propriedade elimina a pequena propriedade camponesa, e determina como condição de desenvolvimento o trabalho acessório, ou seja, para manter a sua família no campo, o camponês passa a ser um assalariado. Contudo, esse não é somente um problema tecnológico, outros fatores atuam, por exemplo, o acesso a crédito (Trindade; Cruz, 2019), algo importante quando se estabelece diferenciações internas, o que Lenin, como Kautsky, observaram.

Ainda no contexto do debate agrário na Rússia do início do século XX, mas abrindo uma divergência teórica, Chayanov (1974), que foi contemporâneo de Kautsky (1988), tornou-se o pioneiro em pensar a questão agrária a partir do estudo da unidade de produção camponesa. De acordo com Chayanov (1966), Karl Marx foi o propulsor da análise das leis econômicas fundamentais que atuavam no capitalismo, e dentro dele, a agricultura. Contudo, contrapondo os argumentos de Kautsky (1988) e outros marxistas, o autor destaca em sua interpretação sobre a questão camponesa que o campesinato se adaptaria e resistiria ao sistema capitalista, onde seria capaz de reproduzir e, respondendo à sua maneira, às tensões próprias impostas pelo capitalismo industrial.

Chayanov (2014) ofereceu uma contribuição significativa para a compreensão dos elementos distintos do campesinato. Embora uma parcela

considerável dos "neopopulistas" russos tenha se aproximado teoricamente de Marx, é importante destacar que Chayanov tinha uma compreensão teórica própria, não necessariamente marxista. Segundo Byres (2020), os "neopopulistas", como Chayanov, enfatizavam a diferenciação demográfica em vez da social, atribuindo a variação no tamanho da propriedade familiar e da riqueza ao tamanho da família.

A partir de sua experiência como agrônomo e economista, Chayanov realizou uma análise minuciosa da racionalidade do comportamento das unidades econômicas camponesas, baseando-se em fundamentos microeconômicos. Ao investigar os sistemas econômicos capitalistas, contribuiu para a compreensão da economia camponesa, descrevendo o funcionamento das unidades familiares camponesas e destacando suas peculiaridades, diferenciando-as do modo de produção capitalista. Chayanov enfatizou que a unidade camponesa não pode ser compreendida simplesmente como parte do sistema capitalista.

Ao diferenciar a abordagem teórica de Chayanov da perspectiva marxista, podemos compreender melhor as especificidades e particularidades do campesinato e sua relação com as forças sociais e econômicas mais amplas. Embora Chayanov tenha sido influenciado por elementos do pensamento marxista, sua análise se concentrou nas características internas da economia camponesa, fornecendo uma visão mais completa do papel desempenhado pelos camponeses na produção agrícola e nas dinâmicas socioeconômicas.

No mesmo sentido das argumentações de Chayanov, Wood (2000) destaca a importância da relação entre aumento da produtividade, lucratividade e propriedade individual plena, ressaltando que essa propriedade já existia antes mesmo da proletarianização da força de trabalho na Inglaterra, sendo, inclusive, responsável pelo surgimento desse processo de proletarianização. O sistema de produção exclusivo e excludente expropriou os camponeses, resultando em um contingente de sem-terra que se tornaram sujeitos aos imperativos do mercado. Segundo a autora, a ascensão do capital ocorreu no período em que as relações comerciais passaram a ser reguladas pelos padrões do mercado. Além disso, ela observa que os camponeses-proprietários, senhores de terra e trabalhadores construía suas relações sem dependerem inteiramente do mercado. Enquanto isso, o mercado passou a mediar as relações entre os sujeitos, e o capital se tornou imprescindível nesse contexto.

Nesse sentido, as análises de Wood complementam as reflexões de Chayanov, enfatizando como a propriedade individual plena e as relações de produção anteriores à proletarização desempenharam um papel fundamental na transformação das relações agrárias. A expropriação dos camponeses e a introdução das relações de mercado foram fatores determinantes para a ascensão do capitalismo na Inglaterra. A compreensão desses processos históricos contribui para uma visão mais abrangente das transformações sociais e econômicas na agricultura e para a análise crítica das relações de propriedade e produção.

Nesse debate sobre questão agrária e o campesinato, Costa (2000) enfatiza as especificidades da agricultura, em especial na Amazônia, argumentando que a unidade camponesa é provida de mecanismos que podem promover outros modelos de desenvolvimento para a região. O autor utiliza como ponto central de seus argumentos os aspectos produtivos e reprodutivos da estrutura camponesa, considerando os princípios defendidos por Chayanov. A discussão trazida por Costa (2020) é estratégica e fundamental pois apresenta uma visão alternativa para o desenvolvimento agrário e considera a importância do campesinato como organização social e econômica ativa, capaz de construir estratégias de resistências no território para o enfrentamento aos interesses das sociedades capitalistas.

### **3. Cooperativismo campesino: notas introdutórias**

Partindo dessa breve exposição da questão agrária e considerando as particularidades do campo, é possível ampliar as reflexões sobre o cooperativismo entre trabalhadores rurais. É importante reconhecer que o debate sobre o cooperativismo campesino emergiu como uma resposta às demandas e desafios específicos enfrentados pelos agricultores familiares e camponeses.

Ao contrário das experiências cooperativistas em setores industriais, o cooperativismo no campo enfrenta desafios adicionais relacionados à posse da terra, às relações de poder no meio rural e às contradições do modo de produção capitalista na agricultura. Essas particularidades exigem uma abordagem teórica e prática que leve em consideração a especificidade da realidade agrária e a organização social e produtiva dos camponeses.

Autores como Chayanov (1991) contribuíram para a compreensão do cooperativismo campesino ao enfatizar a importância das relações sociais, da

racionalidade econômica dos camponeses e da adaptação às condições locais. Chayanov argumentava que a unidade familiar camponesa tinha uma lógica econômica distinta da lógica capitalista, com base na autossuficiência e na reprodução familiar. Nesse contexto, o cooperativismo campesino poderia ser visto como uma forma de organização autônoma que busca garantir a sobrevivência e melhorar as condições de vida dos agricultores familiares.

No entanto, é necessário reconhecer que o debate sobre o cooperativismo campesino ainda é complexo e está em constante evolução. Diferentes abordagens teóricas dentro do marxismo e do pensamento agrário têm contribuído para a compreensão dessas formas de organização. Enquanto alguns autores destacam o potencial emancipatório e transformador do cooperativismo, outros questionam sua viabilidade diante das estruturas de poder e das limitações do mercado capitalista.

Além disso, a diversidade de experiências cooperativistas no campo exige uma análise mais contextualizada, levando em consideração as especificidades geográficas, culturais e políticas de cada contexto. A compreensão do cooperativismo campesino também deve considerar as dinâmicas de gênero, as relações de classe e as estratégias de resistência e autonomia dos agricultores familiares.

Portanto, o diálogo entre a teoria de Chayanov e o debate marxista sobre a questão agrária é fundamental para enriquecer a compreensão do cooperativismo campesino. A análise crítica e reflexiva dessas experiências coletivas no campo contribui para identificar os desafios, as potencialidades e os limites do cooperativismo como forma de organização que busca enfrentar as desigualdades e construir alternativas socioeconômicas mais justas e sustentáveis no meio rural.

Segundo Hu *et al.* (2022), o cooperativismo pode ser abordado a partir de duas perspectivas principais. A primeira abordagem, conhecida como “*cooperative-as-entreprise approach*”, considera as cooperativas como empresas e busca identificar os elementos que as tornam mais eficientes e institucionalmente adaptáveis para atuarem no mercado (Iliopoulos; Valentinov, 2018). Essa abordagem enfatiza aspectos como gestão, eficiência produtiva e competitividade das cooperativas.

Por outro lado, a segunda abordagem, denominada “*cooperative-as-movement approach*”, busca compreender a atuação das cooperativas a partir do

contexto social concreto em que estão inseridas. Nessa perspectiva, as cooperativas são vistas como parte de um movimento social mais amplo, que busca transformações socioeconômicas e promove a solidariedade e a autogestão. Essa abordagem encontra na reflexão de Chayanov (1991) uma contribuição central para entender o cooperativismo campesino, destacando as relações sociais, a racionalidade econômica e a adaptação às condições locais como elementos fundamentais na organização das cooperativas no campo.

Essas duas abordagens não são excludentes, mas complementares, oferecendo perspectivas diferentes para analisar as cooperativas. Enquanto a primeira enfatiza aspectos econômicos e gerenciais, a segunda reconhece a importância das relações sociais e da dimensão coletiva do cooperativismo. Ambas as abordagens são relevantes para uma compreensão mais completa e abrangente do cooperativismo como um fenômeno complexo que transcende as dimensões puramente econômicas e está enraizado em contextos sociais e históricos específicos.

Tanto a abordagem que considera as cooperativas como empresas quanto a abordagem que as enxerga como movimento possuem interfaces com o debate marxista. No caso da abordagem que trata as cooperativas como empresas, a análise busca identificar elementos que tornam as cooperativas mais eficientes e adaptáveis ao mercado. Essa perspectiva pode ser relacionada ao debate marxista sobre a organização da produção e a forma como as relações capitalistas se manifestam. Os estudiosos que adotam essa abordagem muitas vezes buscam compreender como as cooperativas podem operar dentro das estruturas capitalistas e enfrentar as contradições e desafios inerentes a esse contexto.

Já a abordagem que considera as cooperativas como movimento está mais alinhada com a crítica marxista ao capitalismo e à busca por alternativas socioeconômicas. Essa perspectiva reconhece as cooperativas como uma forma de organização que busca superar as relações capitalistas de produção, promovendo a solidariedade, a autogestão e a transformação social. Nesse sentido, a reflexão de Chayanov sobre o cooperativismo campesino pode ser vista como uma contribuição para o debate marxista, ao trazer elementos que destacam a importância das relações sociais, da racionalidade econômica e da adaptação às condições locais na organização das cooperativas.

Dessa forma, tanto a análise das cooperativas como empresas quanto a compreensão das cooperativas como movimento podem ser enriquecidas pelo diálogo com o pensamento marxista, oferecendo diferentes perspectivas para entender o cooperativismo e sua relação com o sistema capitalista. O debate marxista contribui para uma reflexão crítica sobre as contradições e potencialidades do cooperativismo em relação à lógica capitalista dominante, possibilitando a construção de alternativas e propostas de transformação social.

Para Chayanov (1991), somente através da cooperação entre os camponeses seria possível construir um sistema de relações de produção baseado na democratização da distribuição das terras. As cooperativas dos trabalhadores do campo seriam uma maneira de organizar algumas das atividades econômicas do campesinato nos lugares em que a produção em grande escala possui vantagens significativas. Dessa forma, o futuro do sistema agrário deveria ser baseado em cooperativas.

É importante ressaltar que a interpretação de Chayanov não atribui exclusivamente às experiências cooperativistas a responsabilidade de garantir as condições de reprodução social dos trabalhadores no campo. Na verdade, esse argumento sintetiza a ideia de que o cooperativismo desempenha um papel central ao pensar qualquer estratégia de desenvolvimento agrário fundamentada em princípios anticapitalistas, mas deve ser combinada com outras ações complementares. Conforme apontado por Germer (2007), compreender o papel do cooperativismo na história da luta dos trabalhadores permite uma compreensão mais clara dos limites e das possibilidades das cooperativas dentro do contexto capitalista. Assim, reconhecer o valor do cooperativismo como uma alternativa ao sistema dominante não implica em uma visão ingênua de que as cooperativas por si só podem resolver todas as questões sociais e econômicas no campo, mas sim na compreensão de seu potencial transformador quando combinadas com outras estratégias e ações coletivas.

Mais recentemente, as contribuições de Chayanov vêm sendo recuperadas por autores como White (2018), Holt-Giménez *et al.* (2021), Hu *et al.* (2022) no esforço em compreender as dinâmicas agrárias, em especial dos trabalhadores organizados em cooperativas. Hu *et al.* (2022) destacam a importância de diferenciar a teoria de Chayanov desenvolvida em sua obra mais popular, *Theory of Peasant Economy*, do seu trabalho, *The Theory of Peasant Co-Operatives*. Para

esses autores, apesar de Chayanov reconhecer o papel do cooperativismo nas duas obras, é na segunda (Chayanov, 1991) que ele detalha de forma mais específica as condições políticas e sociais que podem garantir o sucesso dessas experiências.

Três teses centrais fundamentam a interpretação de Chayanov (1991) sobre o cooperativismo e que são recuperadas por Hu *et al.* (2022): a tese da integração vertical, a tese do movimento nacional e a tese da cultura cooperativa. Sem esses três elementos-chave as cooperativas terminam por enfrentar dificuldades para servir aos interesses de seus cooperados, ou, quando produzem bons resultados, perdem os elementos centrais que fundamentam a prática cooperativa. Além disso, o ambiente político e econômico nos países em desenvolvimento é quase sempre hostil para o fortalecimento das experiências cooperativistas no estilo proposto por Chayanov (1991), o que torna central o contexto em que essas experiências ocorrem.

#### **4. Cooperativismo na região de Carajás: histórico e limites**

Partindo da discussão sobre o campesinato e sua relação com o cooperativismo, o objetivo desta seção é avançar na reflexão e apresentar um breve resgate histórico do processo de surgimento e evolução da dinâmica social e produtiva da ação cooperativista entre os agricultores dos projetos de assentamentos de Reforma Agrária na região de Carajás (PA). Em seguida, apresentar um diagnóstico organizacional das cooperativas ligadas ao campesinato que atuam nos projetos de assentamentos de reforma agrária na abrangência dessa região com base na teoria marxista.

A Região de Carajás compreende um recorte adotado recentemente por Monteiro e Silva (2021) e abrange quase que a totalidade dos municípios que compõem as Regiões Geográficas Intermediárias de Redenção e de Marabá, exceto os cinco municípios pertencentes à Região Imediata de Tucuruí<sup>2</sup>. Esta região tem uma trajetória muito recente de ocupação do território e é marcada por intensos conflitos agrários, amplamente relatada na literatura (Congilio, 2014; Congilio; Moraes, 2016). Esse contexto de luta social foi central no processo de organização

---

<sup>2</sup> As Regiões Geográficas Intermediárias e Imediatas, no Brasil, constituem a divisão geográfica regional do país, segundo a composição elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). As regiões geográficas intermediárias foram apresentadas em 2017 pelo IBGE, com a atualização da divisão regional do Brasil, e correspondem a uma revisão das antigas mesorregiões, que estavam em vigor desde a divisão de 1989. As regiões geográficas imediatas, por sua vez, substituíram as microrregiões.

produtiva na agricultura familiar com base no cooperativismo ligado ao campesinato.

No âmbito desse contexto, as cooperativas associadas ao campesinato emergiram como organizações de extrema relevância na luta dos trabalhadores rurais, representando um canal potencial para promover o desenvolvimento local e regional, fora da lógica plenamente subordinada ao mercado. É evidente que essas cooperativas desempenham um papel estratégico no contexto socioeconômico, ao apoiarem o desenvolvimento das propriedades rurais de base familiar. Por meio de uma ação coletiva, elas se fortalecem e conquistam espaço em um mercado altamente competitivo, consolidando-se como agentes-chave na valorização da produção e na busca por relações comerciais mais justas (Becker *et al.*, 2019; Carrero *et al.*, 2020).

Atualmente, de acordo com os dados oficiais do Anuário do Cooperativismo Brasileiro 2021, existem 232 cooperativas filiadas à OCB/PA. No ramo agropecuário existem 62, com 100.723 cooperados no geral e 2.999 no ramo agropecuário, quanto a números de empregados no geral 3.414 e no ramo agropecuário 432 (OCB, 2022). Rocha (2020) afirma que o surgimento do cooperativismo no estado do Pará ocorreu durante a ditadura militar. Foi neste período que surgiram as primeiras iniciativas estatais ligadas ao cooperativismo, ligadas à duas ações específicas: 1) o Projeto de Desenvolvimento do Cooperativismo no Pará (PRODECO-PA), de 1970 e 2) o Plano Integrado de Cooperativismo do Estado do Pará (PICEP), de 1975.

Ainda de acordo com Rocha (2020), essas duas ações tinham como intuito impulsionar o processo organizativo do cooperativismo no estado. O primeiro, denominado de PRODECO-PA, conduzido pela antiga Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), contava com técnicos de diversas instituições e entendia o cooperativismo como forma de associativismo rural e que visava o desenvolvimento econômico dos agricultores (SUDAM, 1970). O segundo, denominado PICEP, gerenciado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) de forma idêntica ao anterior contou também com a parceria de diversas instituições, que estabeleceram como objetivo realizar o processo de renovação e fortalecimento das cooperativas paraenses (INCRA, 1975). Em suma, estes projetos desenvolviam atividades relacionadas à assistência técnica, capacitação administrativa e contábil, orientação de normatização e



fiscalização, campanhas de difusão do cooperativismo em escolas, além de um diagnóstico e elaboração de projetos.

Neste resgate do histórico do cooperativismo, o autor aponta que na década de 1990, a ação da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) no Pará tinha um foco nas cooperativas de crédito da região metropolitana de Belém, não dando atenção para as cooperativas do ramo agropecuário, principalmente aquelas ligadas a agricultura familiar camponesa. Vale ressaltar que a entidade tem uma trajetória ligada às cooperativas urbanas, com pouca ênfase para as cooperativas agrícolas. Isso fica evidenciado ainda na pesquisa realizada por Rocha (2020), em que se constata que somente a partir de 2016 a OCB passa a analisar o acesso, ou possibilidade dele, ao mercado institucional, por parte das cooperativas rurais. Isso é fruto do resultado do diagnóstico do cooperativismo paraense, realizado pelo Sistema Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (OCB/SESCOOP).

Na região de Carajás, o processo organizativo dos agricultores ocorreu após a intensificação na ocupação desse território a partir da década de 1970 e que culminou com a expansão da agricultura extensiva na região. É nesse contexto de expansão da fronteira agrícola e de implantação dos grandes projetos, ditos de desenvolvimento de integração regional, que se acelerou a migração e acirrou o processo de luta pela terra (Becker, 2004). O cooperativismo na região remonta a poucas décadas, originado principalmente pela demanda de organização da luta pela conquista da terra e potencializado pelo financiamento governamental, especialmente, a partir dos anos 2000. Nesse período, a região passou a contar com um total de aproximadamente 500 associações organizadas nos assentamentos e em áreas não regularizadas, e de cerca de uma dezena de cooperativas (ativas ou estáticas) na região.

É preciso enfatizar que as primeiras iniciativas de organização dos agricultores camponeses voltadas para a produção, beneficiamento e comercialização de produtos agrícolas na região de Carajás estavam ligadas ao Movimento Sindical e eram conhecidas como cantinas comunitárias. Essas iniciativas cumpriam um papel importante na comercialização dos gêneros alimentícios, ainda de maneira informal, já que não havia uma estrutura institucionalizada de apoio às atividades econômicas desenvolvidas pelos trabalhadores rurais (Rocha, 2020). Dado o sucesso dessas cantinas comunitárias surgiram as organizações denominadas de Caixa Agrícolas, com destaque para a

Caixa Agrícola do Castanhal Araras (CAAR<sup>3</sup>) em 1988, localizada no município de São João do Araguaia. Posteriormente foi fundada a Caixa Agrícola do município de Eldorado dos Carajás (CAAMEC) com o apoio e assessoria do Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular (CEPASP).

Como apontado por Almeida (2011), a criação das cooperativas ligadas ao Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) ocorreu pela necessidade dos agricultores e agricultoras em consolidar a sua produção nas áreas de terra fruto da conquista no processo de luta pela Reforma Agrária. O autor ainda argumenta que apenas em 1991 foi iniciada a discussão sobre a necessidade de se criar uma entidade que respondesse pela comercialização da produção dos agricultores dentro do Programa Centro Agroambiental do Tocantins (CAT)<sup>4</sup>.

A demanda dos agricultores em promover e consolidar a produção nas áreas de terra conquistadas deu início a discussão que culminou com a fundação da Cooperativa Camponesa do Araguaia Tocantins (COOCAT), em 18 de dezembro de 1992 por agricultores familiares provenientes de 06 municípios da região. Com a iniciativa da COOCAT, que possuía abrangência a nível regional, e pela falta de uma política governamental voltada para o desenvolvimento de uma agricultura familiar sustentável na região, o cooperativismo rural ligado ao movimento sindical foi se fortalecendo com a fundação de novas cooperativas e o investimento na implantação de novas agroindústrias de beneficiamento de frutas, para processarem principalmente açaí (*euterpe oleracea*) e cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*), oriundos da produção extrativistas nos assentamentos criados.

Cumprе ressaltar que a história e trajetória da COOCAT está estritamente ligada ao processo de luta e organização dos (as) trabalhadores (as) rurais em torno das lutas sindicais organizadas no âmbito das ações desenvolvidas no programa CAT. O cooperativismo camponês se expandiu e fortaleceu na região com a fundação de novas cooperativas com formas de organizar e comercializar a

---

<sup>3</sup> A Caixa Agrícola do Castanhal Araras (CAAR) foi fundada em 1989 com atuação junto aos assentados do Projeto de Assentamento Castanhal Araras criado em 04 de agosto de 1987, localizado no município de São João do Araguaia, estado do Pará.

<sup>4</sup> Centro Agroambiental do Tocantins (CAT) - Programa de ensino, pesquisa e extensão da Universidade Federal do Pará/UFPA. O Programa CAT começou a trabalhar em 1988 com os Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Marabá, Itupiranga, São João do Araguaia e Jacundá. A partir de 1993 filia-se a esta estrutura os Sindicatos dos municípios de São Domingos do Araguaia, desmembrado do Município de São João do Araguaia e Nova Ipixuna que desmembrou de Itupiranga. No início do Programa a composição do Programa CAT, tinha a representação dos agricultores - Fundação Agrária do Tocantins Araguaia – FATA e dos Pesquisadores - Laboratório Sócio Agrônomo Tocantins – LASAT.

produção agrícola e extrativista. Em 1992 foi criada a Cooperativa dos Trabalhadores Agroextrativista de Nova Ipixuna (Correntão), e em 1997 foi criada a Cooperativa Mista de Produtores Rurais da Região Carajás (Cooper) no município de Parauapebas.

No âmbito do debate do fortalecimento e expansão do cooperativismo camponês, ocorreu em 2003 a decisão de descentralizar as ações da COOCAT com a sua dissolução e aproximar a atuação para os municípios culminando com a criação de 05 novas cooperativas municipais da agricultura familiar na área de abrangência da COOCAT e a fundação da Federação das Cooperativas da Agricultura Familiar do Sul do Pará (FECAT<sup>5</sup>), em 25 de julho de 2003. De acordo com Almeida (2011) a partir de 2007 a FECAT passou por um processo de melhoria e de ascensão, com ampliação na rede logística de transporte, implantação de laboratórios de análises e aumento da capacidade de beneficiamento e armazenamento, além de um crescimento nas compras de frutos, maior diversificação dos produtos, melhorias sanitárias e conseqüentemente uma ampliação das famílias atendidas.

Importante destacar que neste período ocorreu um avanço na reforma agrária com aproximadamente 514 projetos de assentamentos criados na região, e cerca de 72.539 famílias assentadas ligadas ao MSTTR e MST. Diante dos desafios criados no novo cenário político em que se fortaleceram políticas públicas voltadas para agricultura familiar, um conjunto de entidades e dirigentes destas cooperativas se organizaram em busca de alternativas e soluções para a superação dos desafios políticos, organizativos e econômicos para essas organizações (INCRA, 2020)<sup>6</sup>.

No contexto do trabalho desenvolvido no território que compreende a região de Carajás, a linha do tempo de criação/fundação das diversas cooperativas camponesas que participaram desta construção de uma representação regional do

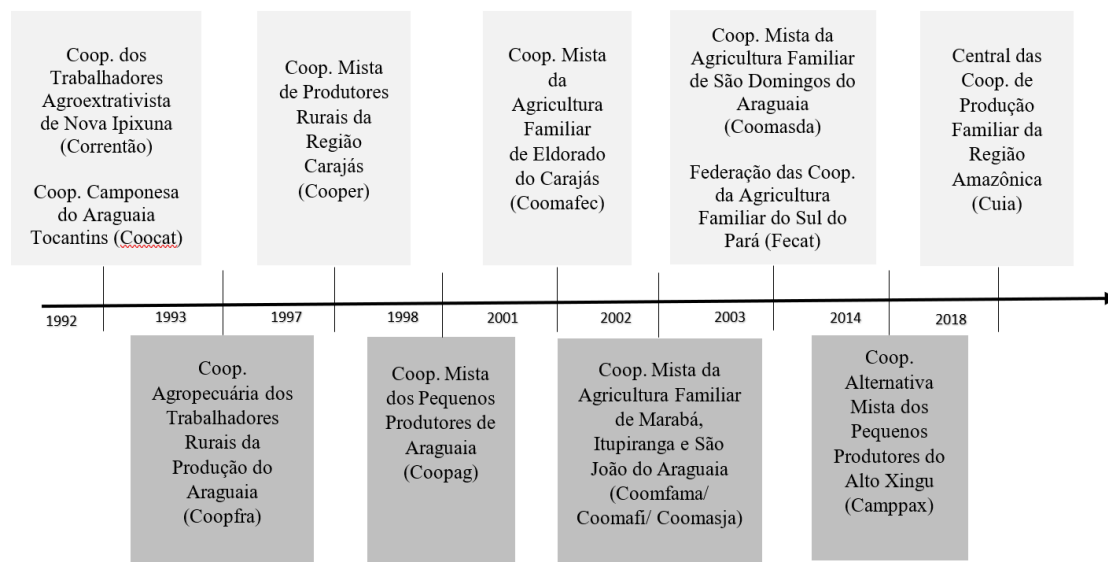
---

<sup>5</sup> A Federação denominada FECAT foi constituída por sete cooperativas, sendo elas: Cooperativa Mista da Agricultura Familiar de Itupiranga (COOMAFI), Cooperativa dos Trabalhadores Agro-extrativistas de Nova Ipixuna (CORRENTÃO), Cooperativa Mista da Agricultura Familiar de São João do Araguaia (COOMASJA), Cooperativa Mista da Agricultura Familiar de São Domingos do Araguaia (COOMASDA), Cooperativa Mista da Agricultura Familiar de Eldorado dos Carajás (COOMAFEC), Cooperativa Mista dos Produtores Rurais da Região de Carajás (COOPER), Cooperativa Mista da Agricultura Familiar de Marabá (COOMFAMA).

<sup>6</sup> Segundo relação disponibilizada pelo INCRA referente a projetos de assentamentos criados na área de abrangência da Superintendência Regional Pará / Marabá - SR 27 – atualizada em 14/12/2020, disponível em <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php> [acesso em 11/05/2021].

cooperativo ligados ao campesinato conforme demonstrado na Figura 1, é um instrumento importante para identificar a origem dessas experiências.

**Figura 1 – Linha do tempo das Cooperativas (Coop.) Camponesas na Região de Carajás**



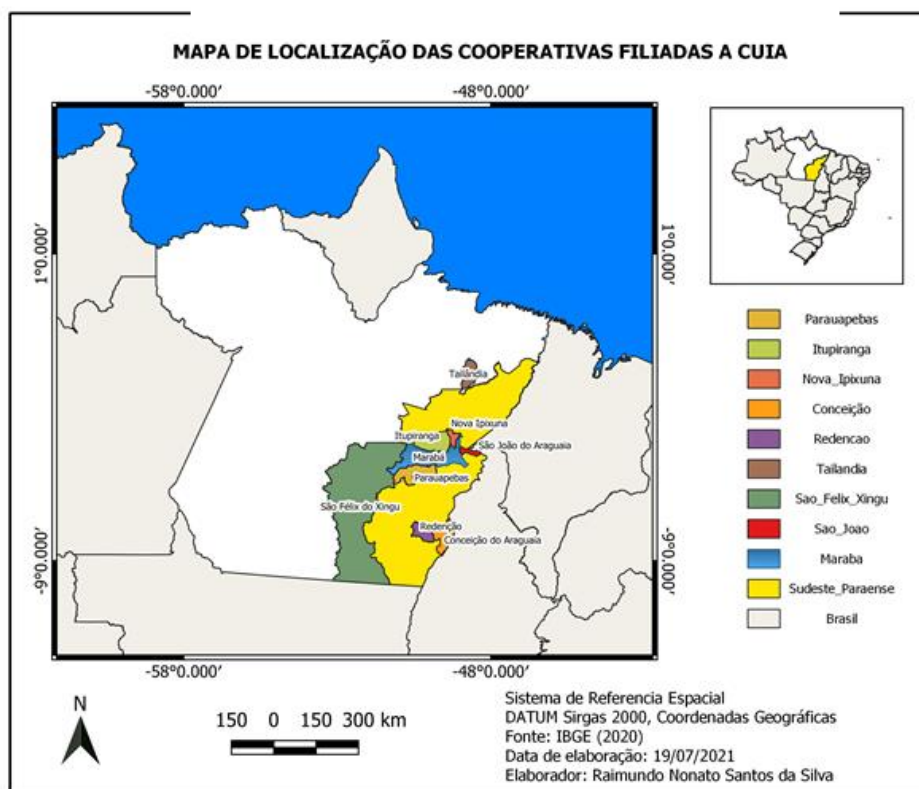
Fonte: elaboração própria

Neste cenário regional de luta pelo fortalecimento do cooperativismo regional é importante ressaltar que a FECAT teve um papel importante e estratégico no processo de organização e representação econômica dos camponeses ligados aos assentamentos de reforma agrária. Através dela foram desenvolvidos diversos projetos produtivos de apoio às cooperativas filiadas, cabendo destacar o projeto denominado “Apoio a Geração de Renda – Juventude e Cooperativismo no Sul do Pará”, aprovado ao Programa Petrobrás Desenvolvimento & Cidadania – edital 2010, com o objetivo de implantar 100 módulos de fruticulturas consorciadas com essências florestais, visando a produção de frutas e capacitação de Jovens rurais residentes nos Projetos de Assentamento de Reforma Agrária dos municípios de origem das suas cooperativas filiadas.

No entanto, após esse período curto de plena expansão e fortalecimento das cooperativas, a FECAT iniciou um processo de decadência causado por dois principais elementos que por consequência resultou na necessidade do

encerramento das atividades da Federação. O primeiro a escassez e dificuldade de acesso às políticas públicas de apoio aos processos organizativos e produtivos para as cooperativas, e o segundo elemento foi causado pelos problemas na gestão dos processos administrativos da Federação relacionados à execução dos projetos desenvolvidos.

**Mapa 1 – Localização das Cooperativas Filiadas à CUIA**



Fonte: Silva *et al.* (2021).

Esses problemas citados culminaram com a inviabilização legal da Federação para a formalização de parcerias junto aos órgãos governamentais, entidades privadas e representativas, momento em que se tornou necessária a criação de uma nova pessoa jurídica. Em 25 de julho de 2018 diversos atores sociais que participaram da FECAT criam a Central das Cooperativas de Produção Familiar da Região Amazônica (CUIA), sendo mais uma inovação organizacional do movimento cooperativista ligada ao campesinato regional, conforme demonstrado no Mapa 01.

No contexto da região de Carajás, o cooperativismo camponês emerge como uma estratégia de resistência e organização dos trabalhadores rurais frente aos desafios do agronegócio e da concentração fundiária. As cooperativas permitem que os camponeses se unam em torno de interesses comuns, compartilhando recursos e conhecimentos para fortalecer sua produção e comercialização. Essa forma de organização coletiva se alinha com a visão de Chayanov sobre a importância das unidades familiares e da reprodução social na agricultura camponesa.

Ao mesmo tempo, a análise marxista pode ser aplicada ao cooperativismo camponês desse território para compreender a dinâmica de classe e as contradições existentes. O marxismo destaca que as cooperativas estão inseridas em um sistema capitalista mais amplo, em que as relações sociais e econômicas são moldadas pela lógica do lucro e da acumulação de capital. Assim, as cooperativas podem enfrentar desafios relacionados à competição no mercado, à exploração dos recursos naturais e às desigualdades de poder que permeiam a sociedade capitalista. Observar a dinâmica histórica reforça o caráter dinâmico e permeado por conflitos que as cooperativas estão subordinadas.

Nesse sentido, a relação entre o cooperativismo camponês na Amazônia, o debate agrário de Chayanov e a crítica marxista é complexa e multifacetada. O cooperativismo pode ser uma estratégia de resistência e fortalecimento dos camponeses, mas também precisa lidar com as contradições e desafios estruturais do capitalismo. O diálogo entre essas perspectivas teóricas contribui para uma compreensão mais completa e crítica do cooperativismo no contexto amazônico e de sua relação com as questões agrárias.

## **5. Entendendo os limites do cooperativismo na região de Carajás**

De modo a avançar na reflexão sobre os limites do cooperativismo na região de Carajás, nesta seção é feito um diagnóstico a partir da análise de onze cooperativas localizadas em nove municípios na Região de Carajás (PA) e que compõem a CUIA. A amostra é formada por um conjunto representativo, que corresponde a algumas das principais iniciativas no campo do cooperativismo no território analisado. A metodologia da pesquisa seguiu o formato de entrevistas semiestruturadas com os presidentes das cooperativas e alguns membros das diretorias.

Nessa análise, buscamos incorporar elementos da teoria das cooperativas de Chayanov, que destaca a importância da unidade familiar na organização da produção agrícola. Chayanov argumenta que os camponeses, motivados pela subsistência e pelo bem-estar familiar, tomam decisões econômicas que visam garantir a reprodução da unidade familiar, ao invés de buscar o lucro máximo. Essa perspectiva pode ajudar a compreender a lógica interna das cooperativas, especialmente no que diz respeito à satisfação das necessidades básicas dos membros e à organização da produção.

No entanto, é essencial também considerar a crítica marxista à abordagem de Chayanov. Os teóricos marxistas argumentam que a teoria chayanoviana tende a subestimar as contradições de classe no campo e a influência das relações de produção capitalistas. Segundo a perspectiva marxista, as cooperativas agrícolas são formas de organização econômica que operam dentro do sistema capitalista, sujeitas às pressões do mercado e às desigualdades de poder. Essa crítica ressalta que as cooperativas enfrentam desafios estruturais relacionados à propriedade da terra, à distribuição de recursos e à concorrência capitalista.

Dessa forma, ao analisar os obstáculos enfrentados pelas cooperativas da CUIA, é necessário considerar tanto os elementos da teoria das cooperativas de Chayanov que explicam as dinâmicas internas dessas cooperativas, quanto as críticas marxistas que destacam as contradições e desafios mais amplos do contexto socioeconômico em que elas operam. A abordagem combinada dessas perspectivas proporciona uma compreensão mais abrangente dos fatores que influenciam o funcionamento e o sucesso das cooperativas na região de Carajás, permitindo a formulação de estratégias mais eficazes para enfrentar esses desafios.

Durante o diálogo com os atores locais diretamente envolvidos nas cooperativas, os resultados do levantamento destacam os desafios em três eixos principais: insumos, beneficiamento e comercialização final. No eixo dos insumos, foram identificadas seis grandes questões que representam as principais dificuldades. A primeira delas é a armazenagem dos produtos, uma dificuldade mencionada por nove das onze cooperativas, mas que se torna particularmente relevante nas agroindústrias de frutas. A segunda questão está relacionada à ausência de sistemas de irrigação nas propriedades dos cooperados, o que acarreta problemas significativos durante os períodos de estiagem, também citada por nove delas. É importante ressaltar que, mesmo estando localizada dentro do bioma

amazônico, a região de Carajás tem enfrentado mudanças climáticas devido à ampliação das pastagens e às queimadas, afetando as condições de plantio e produção agrícola (CARRERO *et al.*, 2020).

Uma terceira questão diz respeito à falta de assistência técnica (dez cooperativas), o que está diretamente ligado a outro problema: a baixa capacitação técnica dos cooperados, que é a quarta questão identificada. Essas duas limitações têm um impacto direto na quinta questão levantada pelas cooperativas, que é a baixa qualidade dos produtos oferecidos pelos associados (sete cooperativas). Por fim, a sexta questão relacionada aos insumos diz respeito à dispersão territorial dos associados, o que amplia as dificuldades na articulação de ações conjuntas entre as cooperativas.

Esses desafios apontados pelas cooperativas destacam a necessidade de abordar questões como armazenagem, sistemas de irrigação, assistência técnica, capacitação dos cooperados, melhoria da qualidade dos produtos e a busca por estratégias que permitam superar as dificuldades causadas pela dispersão territorial. Essas considerações são fundamentais para desenvolver ações coletivas que promovam o fortalecimento e o sucesso das cooperativas na região de Carajás.

No eixo de beneficiamento, somente as cooperativas da agroindústria destacaram as principais questões, já que as demais comercializam os produtos agrícolas sem beneficiá-los. A primeira questão apontada é a ausência de equipamentos próprios para beneficiar os produtos. Na maior parte das cooperativas, os equipamentos são alugados ou de alguns associados e não de propriedade coletiva. A falta de registro para as polpas produzidas é a segunda questão importante que impõe dificuldades tanto para o beneficiamento quanto para a comercialização. O elevado custo de energia elétrica no Estado do Pará foi lembrado pelos cooperados como um fator que eleva os custos de produção, visto que para garantir a conservação das polpas de frutas produzidas é necessário manter os refrigeradores ligados de forma contínua. Por fim, as duas últimas dificuldades citadas estão articuladas com a baixa capacidade de financiamento que essas cooperativas enfrentam e que se manifesta através de recursos escassos para investir em modernização e restrições no capital de giro.

Por fim, no eixo da comercialização os principais problemas citados estão ligados às questões mais estruturais que dificultam a consolidação das ações das cooperativas. O primeiro problema citado é a precária infraestrutura de transporte



e distribuição (estradas, pontes) no estado do Pará. Além de ampliar os custos de produção, devido ao elevado custo de manutenção dos veículos, afeta a qualidade dos produtos e a capacidade de atender determinadas regiões. Um segundo problema é a ausência de mercados consumidores estáveis. O interesse dos cooperados em ampliar o investimento e a produção é limitado em um contexto em que não há convicções se haverá demanda para a produção ofertada, devido à ausência de um mercado consumidor consolidado. Considerando que os principais centros de consumo ficam distantes dos locais onde se localiza a produção, a existência de atravessadores é outro problema apontado pelas diferentes cooperativas.

## **6. Considerações finais**

O esforço deste trabalho foi apresentar alguns dos desafios enfrentados pelas cooperativas que compõem a CUIA na região de Carajás (PA). Como argumentado ao longo do trabalho, entender a experiência cooperativista dos trabalhadores rurais passa por uma compreensão das dinâmicas agrárias. Nesse sentido, o texto buscou, em um primeiro momento, recuperar em linhas gerais os principais elementos que estruturam o debate sobre a questão agrária, com foco no Brasil e na Amazônia.

Dentro do debate sobre a questão agrária, foi dado um foco especial ao PQA e à teoria das cooperativas de Chayanov. Chayanov, em sua obra seminal, propõe uma abordagem que coloca o campesinato como um grupo social diferenciado, com características e lógicas de funcionamento específicas. Ele argumenta que os camponeses, em sua maioria, são motivados pela subsistência e pelo bem-estar da unidade familiar, e suas decisões econômicas são orientadas para garantir a reprodução familiar, ao invés de buscar maximizar o lucro. Essa perspectiva é relevante para articular a discussão do campesinato com a experiência cooperativista, proporcionando insights sobre a forma como os trabalhadores rurais organizam suas atividades produtivas e buscam superar as adversidades.

No entanto, é importante também considerar a crítica marxista à abordagem de Chayanov. Os teóricos marxistas argumentam que a teoria de Chayanov tende a subestimar as contradições de classe no campo e a importância das relações de produção capitalistas. Para os marxistas, as cooperativas agrícolas podem ser vistas como uma forma de organização econômica no interior do sistema capitalista,

sujeita às pressões do mercado e às relações de poder desiguais. Eles enfatizam que as cooperativas estão inseridas em um contexto social e político mais amplo, onde as forças do capitalismo e as contradições de classe podem influenciar sua viabilidade e sucesso.

Partindo desse arcabouço teórico, o texto apresentou, em linhas gerais, a origem histórica do cooperativismo na região de Carajás até a criação da CUIA. Esse processo esteve associado às lutas sociais desse território e, de certa forma, reflete os limites e as possibilidades produzidas a partir dessa dinâmica social. Considerar esses aspectos históricos e contextuais permite uma compreensão mais aprofundada dos obstáculos que essas cooperativas enfrentam e contribui para a formulação de estratégias eficazes para superar esses desafios.

O contexto social e político no qual uma dada experiência cooperativista ocorre é um elemento central na análise de Chayanov (1991). Ao não considerar esses aspectos e focar apenas nos elementos internos das cooperativas, corre-se o risco de reduzir a capacidade de compreensão dos fatores que levam ao sucesso ou fracasso dessas experiências. Portanto, é fundamental analisar os obstáculos enfrentados pela CUIA a partir da construção histórica que originou a experiência e da dinâmica do território onde ela atua. Os principais resultados encontrados reforçam a necessidade de não perder de vista as condições sociais e políticas nas quais esses empreendimentos realizam suas atividades. Os obstáculos apontados na pesquisa como sendo centrais para o funcionamento das cooperativas quase sempre se articulam com fatores externos, o que impõe a necessidade de estratégias ampliadas que levem em conta não apenas a organização interna das cooperativas, mas também as relações de poder, as políticas públicas e as condições econômicas do contexto mais amplo. Essas estratégias ampliadas são essenciais para garantir o sucesso e a sustentabilidade dessas experiências cooperativistas.

## Referências

ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

ALMEIDA, L. L. *Sindicalistas e pesquisadores na região de Marabá: uma análise do Centro Agroambiental do Tocantins (CAT)*. 2011. 195 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Instituto de

Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2011.

BECKER, B. K. *Geopolítica da Amazônia*, USP, São Paulo: 2004.

BECKER, R.; GOMES, M. A.; OLIVEIRA, M. M.; BEZERRA, M. *Cooperativismo e Desenvolvimento Regional na Amazônia*. Editora CRV, 2019.

BYRES, T. J. *The Capitalism from Above and The Capitalism from Below: An Essay in Comparative Political Economy*. Londres: Macmillan, 1996.

BRASS, T. *Class, Culture and the Agrarian Myth*. Leiden: Brill. 2014.

BRASS, T. How agrarian cooperatives fail: Lessons from 1970s Peru. *Journal of Peasant Studies*, v. 34, n. 2, p. 240-287, 2007.

BURKE, B. Cooperatives for “Fair Globalization”? Indigenous People, Cooperatives, and Corporate Social Responsibility in the Brazilian Amazon. *Latin American Perspectives*, v. 37, n. 6, p. 30-52, 2010.

CARDOSO, A.; CÂNDIDO, L.; MELO, A. Canaã dos Carajás: Um Laboratório sobre as circunstâncias da urbanização, na periferia global e no alvorecer do Século XXI. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 20, n. 1, p. 121-140, 2018.

CARRERO, G. C.; COSTA, M. R. L.; PINTO, A. V.; GOMES, M. A. Cooperativas como Agentes de Desenvolvimento Rural Sustentável: Estudo de Caso em Carajás, Amazônia Oriental. *Revista de Economia e Agronegócio*, v. 18, n. 3, p. 347-371, 2020.

CARRERO, G.; FEARNSIDE, P.; VALLE, D.; ALVES, C. Deforestation Trajectories on a Development Frontier in the Brazilian Amazon: 35 Years of Settlement Colonization, Policy and Economic Shifts, and Land Accumulation. *Environmental Management*, v. 66, p. 966-984, 2020.

CHAYANOV, A. *Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas*. In: SILVA, J. G. da; STOLCKE, V. (Orgs.). *A questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CHAYANOV, A. Teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. 1924. In: CARVALHO, H. M. de (Org.). *Chayanov e o campesinato*. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

CHAYANOV, A. *The Theory of Peasant Co-Operatives*. Columbus. Ohio: The Ohio State University Press, 1991.

CHAYANOV, A. *The theory of Peasant Economy*. Illinois: The American Economic Association, 1966.

CONGILIO, C. Mineração, Trabalho e Conflitos Amazônicos no Sudeste do Pará, *Revista de Políticas Públicas*, n. especial, p. 195-199, 2014.

CONGILIO, C.; MORAES, C. Violência agrária e desmatamento: corolários das políticas de Estado e das lutas sociais no sudeste paraense. *Lutas Sociais*, v. 20, n. 37, p. 155-167, 2016.

COSTA, F. *Economia camponesa nas fronteiras do capitalismo: teoria e prática nos EUA e na Amazônia brasileira*. Belém: NAEA, 2012.

COSTA, F. *Formação Agropecuária da Amazônia: os desafios do desenvolvimento sustentável*. Belém: UFPA/NAEA, 2000.

COSTA, F. Mudança estrutural na economia agrária da Amazônia: Uma avaliação inicial usando os censos agropecuários (1995, 2006 e 2017). *Boletim Regional, Urbano e Ambiental (IPEA)*, v. 23, p. 83-96, 2021.

FELÍCIO, M.; FERNANDES, B. Contribuição ao Debate Paradigmático da Questão Agrária e do Capitalismo Agrário. *Veredas - Revista Del Pensamiento Sociologico*, v. 28, p. 435-475, 2014.

FELIX, G. *O real papel das empresas multinacionais no mundo atual*. São Paulo: Editora Toth, 2020.

FUTEMMA, C.; CASTRO, F.; BRONDIZIO, E. Farmers and Social Innovations in Rural Development: Collaborative Arrangements in Eastern Brazilian Amazon. *Land Use Police*, v. 99, p. 1-12, 2020.

GERMER, C. M. A 'economia solidária': Uma crítica marxista. In: GEDIEL, J. (Org.). *Estudos de Direito Cooperativo e Cidadania*, n. 1, 2007.

GERMER, C. M. A irrelevância prática da agricultura 'familiar' para o emprego agrícola. *Reforma Agrária*, v. 31, n. 1, p. 47-62, 2002.

GERMER, C. M. A 'produção familiar' e o suposto fim do lucro e da renda da terra na agricultura dos Estados Unidos. *História: Questões & Debates*, v. 5, n. 9, p. 233-258, 1984.

GERMER, C. M. Estado e questão agrária. *Geosul*, v. 29, n. especial, p. 11-38, 2014.

GIL, A. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 1999.

HOLT-GIMÉNEZ, E.; SHATTUCK, A.; LAMMEREN, I. Thresholds of resistance: agroecology, resilience and the agrarian question, *The Journal of Peasant Studies*, v. 48, n. 4, p. 715-733, 2021.

HU, Z.; ZHANG, Q. F.; DONADSON, J. Why do farmers' cooperatives fail in a market economy? Rediscovering Chayanov with Chinese experience. *The Journal of Peasant Studies*, 2022.

HUMPHRIES, S.; HOLMES, T.; ANDRADE, D.; MCGRATH, D.; DANTAS, Jeremias. Searching for win-win forest outcomes: Learning-by-doing, financial viability, and income growth for a community-based forest management cooperative in the Brazilian Amazon. *World Development*, v. 125, 2020.

HUNT, D. Chayanov's model of peasant household resource allocation. *The Journal of Peasant Studies*, v. 6, n. 3, 1979.

ILIOPOULOS, C.; VALENTINOV, V. Cooperative Longevity: Why are so Many Cooperatives so Successful? *Sustainability*, n. 10, p. 3449–3456, 2018.

KAUTSKY, K. *The agrarian question*. Londres: Zwan Publications, 1988.

LENIN, V. *Lenin e a questão agrária (1917-1922)*. São Paulo: Portal, 2012.

LIMA, E. Territórios paradigmáticos: Breve análise para a compreensão das propostas do Paradigma da Questão Agrária (PQA) e Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA). *Boletim Dataluta*, n. 101, p. 1-7, 2016.

MATIAS-PEREIRA, J. *Manual de metodologia da pesquisa científica*. 2ª. ed. São Paulo: Atlas. 2010.

MICHELOTTI, F. MALHEIROS, B. Questão agrária e acumulação por espoliação na Amazônia. *Revista da Anpege*, v. 16, p. 635-674, 2020.

MONTEIRO, M., SILVA, R. Expansão geográfica, fronteira e regionalização: a região de Carajás. *Confins*, v. 1, n. 49, 2021.

NASCIMENTO, C.; TORRES, I.; NETO TORRES, D. The Amazon Rural Economy and the Social Way Cooperative. *Mediterranean Journal of Social Sciences*, v. 5, n. 14, p. 52-59, 2014.

OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras. *Anuário do cooperativismo brasileiro 2021*. Sistema OCB, 2022.

RAMOS, J.; COSTA, F; FRAXE, T.; SANTIAGO, J; GONÇALVES, V. O cooperativismo como fator de potencialização do desenvolvimento sustentável em comunidades rurais amazônicas: o caso de uma cooperativa agrícola de Rio Preto da Eva - Amazonas. *Research, Society and Development*, v. 11, n. 7, p. 1-12, 2022.

ROCHA, A. C. O. *Trajetórias e concepções do cooperativismo camponês no nordeste paraense*. Orientador: William Santos de Assis; Coorientador: Philippe Jean Louis Sablayrolles. 2020. 116 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) - Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

SCHULMAN, M; GARRET, P; NEWMAN, B. Differentiation and survival among North Carolina smallholders: An empirical perspective on the Lenin-Chayanov debate. *The Journal of Peasant Studies*, v. 16, n. 4, p. 523-541, 1989.

SILVA, L.; PINHEIRO, J.; SANTOS, E.; COSTA, J.; MENEGHETTI, G. O cooperativismo como instrumento para a autonomia de comunidades rurais da Amazônia: a experiência dos agricultores extrativistas do município de Lábrea, AM. *Boletín de la Asociación Internacional de Derecho Cooperativo*, n. 59, p. 199-226, 2019.

SILVA, R.; SILVA, D.; GOMES JÚNIOR, E.; MICHELOTTI, F. O papel do Cooperativismo no fortalecimento da agricultura familiar nos assentamentos da reforma agrária no Sudeste paraense. *Anais do III Congresso Internacional de Economia Solidária e Desenvolvimento Local*. Feira de Santana: Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da UEFS. Feira de Santana: UEFS, 2021.

SOUZA, A. L. *Trabalho e desenvolvimento territorial na Amazônia oriental: a experiência da rede de desenvolvimento rural do baixo Tocantins (PA)*. 2011. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural/Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

STAATZ, J. *Farmers' incentives to take collective action via cooperatives: a transaction cost approach*. In: ROYER, J. S. (Ed.). *Cooperative Theory: New Approaches*, ACS Service Report No. 18. Washington: USDA Agricultural Cooperative Service, 1987.

TRINDADE, J. R. B.; CRUZ, A. Crédito rural agrícola e impactos regionais sobre a dinâmica da produção agrícola brasileira no período de 2000 a 2010. *Economia Ensaios*, v. 33, p. 118-148, 2019.

VALENTINOV, V. Why are cooperatives important in agriculture? An organizational economic perspective. *Journal of Institutional Economics*, v. 3, n. 1, p. 55-69, 2007.

WANDERLEY, L. Conflitos e impactos ambientais na exploração dos recursos minerais na Amazônia. *Geo Puc*, v. 2, n. 3, p. 1-26, 2009.

WHITE, B. Marx and Chayanov at the margins: understanding agrarian change in Java. *The Journal of Peasant Studies*, v. 45, n. 5-6, 2018.

WOOD, E. M. *As origens agrárias do capitalismo*. *Crítica Marxista*, n. 10, p. 11-29, 2000.

YIN, R. *Case study research: Design and Methods*. Londres: SAGE Publications. 2002.